



Publicação
de Divulgação
Científica

chc

Ciência Hoje das Crianças



E S P E C I A L



Povos originários



A região onde hoje fica o Brasil é habitada há milhares de anos. Portanto, muito antes de os europeus aportarem por aqui, nossas terras já eram ocupadas. Os primeiros habitantes do território brasileiro foram os indígenas, e, por isso, eles são denominados povos originários.

O desrespeito na ocupação das terras indígenas, que se iniciou há mais de 500 anos, segue acontecendo, e de forma dura, violenta. A região amazônica continua sendo um dos principais cenários dessa brutalidade.

Mas, os povos originários resistem! Hoje, ocupam espaço nas cidades, na política, nas artes, na literatura... Firmes na luta pelos seus direitos. E é sobre tudo isso que vamos conversar nesta edição!



Amazônia antiga

Em algum momento, com toda a certeza, você já viu notícias sobre a região amazônica e as ameaças que ela sofre. Os temas variam: temos o desmatamento, causado pela atividade de mineração ilegal; o avanço do agronegócio, que são plantações e outras atividades rurais, como a criação de animais, que invadem áreas de floresta, transformando-as em pastagem; além das hidrelétricas, que inundam grandes regiões. Ouvimos falar que preservar a Amazônia é fundamental para frear o aquecimento global e as mudanças climáticas – e é mesmo! Mas, aqui entre nós, o que sabemos sobre esse imenso bioma? Qual o seu tamanho? Quais países compõem seu

território? Há quanto tempo ele é ocupado? E o que tudo isso tem a ver com os indígenas?

Vamos começar conhecendo melhor a região. O bioma Amazônia ocupa quase a metade do território brasileiro. Estende-se principalmente sobre a região Norte, mas também ocupa parte do Centro-Oeste (em Mato Grosso) e do Nordeste (no Maranhão). Além do Brasil, a Amazônia abrange mais oito países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (departamento ultramarino da França), Peru, Suriname e Venezuela. Desde o período colonial, muitos exploradores, como os europeus que chegaram ao Brasil em 1500, descreveram essa região como

uma “mata virgem”, ou seja, um espaço onde a natureza pôde se desenvolver sem interferência dos seres humanos. Mas será que isso é verdade?

Os primeiros habitantes e as plantas

Estudos sobre o passado da região amazônica nos mostram que o local vem sendo ocupado por grupos humanos há milhares de anos! Na Caverna da Pedra Pintada, por exemplo, que fica no atual município de Monte Alegre, no Pará, além de muitas pinturas rupestres, há outras evidências da presença humana de 12 mil anos atrás, como lascas encontradas em escavações na área.

E, sem dúvida, a presença de grupos indígenas há tanto tempo nessa região influenciou as paisagens da floresta. Mas o que será que isso quer dizer?

Os grupos indígenas ajudaram na dispersão de diversas plantas que eram importantes para o consumo humano. Fizeram isso levando frutas, sementes, ou partes dessas plantas com eles, em seus deslocamentos. Com essas ações, ajudaram a espalhar as plantas por outros lugares por onde passavam.

Além de espalhar as espécies, esses grupos foram importantes para a domesticação dessas plantas. “Domesticação de plantas” pode soar esquisito, mas significa que esses grupos foram selecionando algumas partes (sementes, folhas, brotos) das plantas que mais os interessavam e isso, ao longo de algumas gerações, deu origem a plantas diferentes, com características que os agradavam mais: frutos maiores, perda de toxinas, gosto melhor, maior resistência a pragas, maior facilidade na colheita... O processo de domesticação, além de fazer com que as plantas, aos poucos, se tornem mais próprias ao consumo humano, ainda garante que uma única planta dê origem a uma grande variedade de plantas diferentes.

Uma terra fabricada

Outro exemplo de intervenção dos grupos indígenas na Amazônia são as terras pretas. Como o nome sugere, essas terras escuras são encontradas em diferentes regiões da floresta, e são extremamente férteis. Estudos arqueológicos têm mostrado que esses solos também resultaram da ação humana. Mas como é possível saber isso?

Plantas domesticadas

Muitas plantas, como cupuaçu, castanhas e arroz, foram domesticadas por grupos indígenas. Quando andamos na floresta amazônica, boa parte das plantas que encontramos só está lá graças à ação humana!

Milho: planta que foi domesticada a princípio na região do atual México e da América Central, mas que chegou à Amazônia e continuou sendo domesticada. Hoje, há centenas de tipos de milho, de diversas cores: amarelo, laranja, roxo, vermelho, todo colorido!



Foto Wikipédia

Mandioca: base da alimentação de muitas comunidades amazônicas até hoje, que é também chamada de aipim ou macaxeira.

Abóbora: esse vegetal surgiu na Américas, foi cultivado pelos indígenas e levado pelos europeus para outras regiões do mundo.



Fotos Freepik

As terras pretas geralmente são encontradas misturadas a artefatos, isto é, a objetos ou pedaços de objetos fabricados por seres humanos, como fragmentos de vasos de cerâmica. Ou seja, esses solos existem em regiões que foram ocupadas por grupos grandes de seres humanos durante um longo período. É muito provável que a matéria orgânica (restos de animais e vegetais) descartada tenha se acumulado por muito tempo e fertilizado a terra, transformando-a em solo para o cultivo: a terra preta!

Comportamento ancestral

Como será que se comportavam esses povos indígenas que habitavam a Amazônia há milhares de anos? Boa parte dos vestígios se perdeu com o passar dos séculos e milênios, mas as pesquisas permitem deduzir as características gerais que eles tinham durante períodos longos. Sabe-se assim que, até o início do primeiro milênio da Era Comum (ou “depois de Cristo”), na maior parte da Amazônia, os grupos humanos de maneira geral garantiam sua sobrevivência combinando o consumo de plantas domesticadas com plantas silvestres e caça. Eles intercalavam momentos de maior ocorrência de práticas agrícolas, como a plantação, com outros de predominância da captura de animais e da coleta do que havia à disposição na natureza para o consumo. Eram, de forma geral, grupos nômades, ou seja, garantiam a sua sobrevivência migrando de um lugar a outro.

A partir do início do primeiro milênio da Era Comum, a situação mudou. Muitos grupos começaram a se tornar sedentários (fixos



Pintura rupestre de Monte Alegre.

Foto Edithe Pereira/Museu Paraense Emílio Goeldi

em um lugar), especialmente às margens de grandes rios, como o Amazonas. Boa parte desses grupos desenvolveu tradições de produção de cerâmica, que são alguns dos principais artefatos que existem para serem estudados. Dá para identificar, por exemplo, padrões dos materiais, técnicas de pintura e produção, e estilos das cerâmicas. Desse jeito, foi possível ir construindo o quebra-cabeça de quais povos habitavam quais lugares e por quanto tempo, e ainda com quem eles se comunicavam.

Da paz aos conflitos

Ainda no primeiro milênio da Era Comum, foi possível verificar que a população cresceu bastante na região amazônica. Também foram identificadas relações aparentemente amigáveis entre os grupos, porque não há muitos sinais de conflito. Mas, a partir do segundo milênio, a situação mudou...

É possível afirmar que novos grupos chegaram a diversas regiões da Amazônia. E os vestígios que temos para

chegar a essa conclusão são o tipo de cerâmica que passou a predominar, uma cerâmica diferente, que chamamos de policroma (que possui diversas cores). A expansão desses grupos, provavelmente, envolveu diversas formas de conflito, já que também encontramos nesse período restos de estruturas que serviam para defesa, como valas e paliçadas (conjuntos de estacas de madeira fincadas no chão).

Herança amazônica

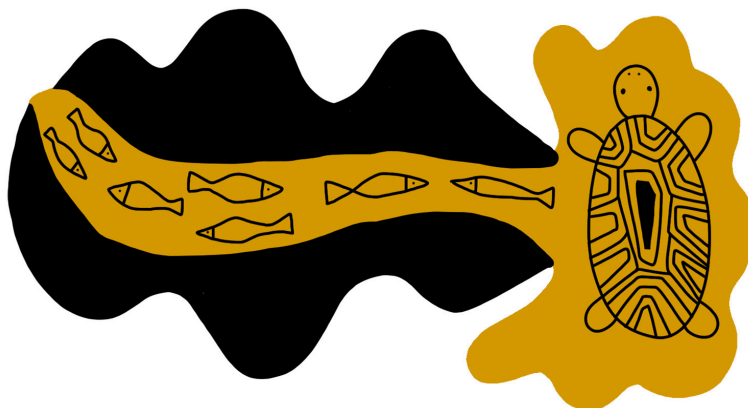
Descendentes dos grupos que produziam cerâmicas policromas ocuparam as margens do rio Amazonas até o século 16, quando aconteceram os primeiros contatos com os colonizadores espanhóis e portugueses.

Boa parte desses grupos chegou a construir cidades bem grandes. Mas grupos menores, nômades ou sedentários, continuaram existindo e se relacionando uns com os outros. A diversidade sempre foi a regra na Amazônia antiga, assim como é na atual!



O que faz um arqueólogo?

A arqueologia é uma ciência que envolve muitas disciplinas e áreas do conhecimento. Ela busca encontrar e analisar vestígios da presença humana no planeta. Chamamos os locais em que encontramos essas evidências de “sítios arqueológicos”, onde arqueólogos realizam suas escavações. Analisando esses vestígios, podemos saber como eram as sociedades que viviam no passado, como eram suas práticas artísticas e religiosas, como se alimentavam, se praticavam guerras e muito mais!



Amazônia em um passado bem distante!

Há mais de 20 milhões de anos, muito antes de os seres humanos sequer existirem no planeta, boa parte do que hoje é a Amazônia era uma área alagada, de água salgada, ligada ao oceano Pacífico (a Oeste) e ao Atlântico (a Norte). Nessa época, o que viria a ser hoje o rio Amazonas corria na direção do oceano Pacífico. Com o passar de milhões de anos, o Oeste da América do Sul começou a se parecer mais com o que é hoje, com a formação da cadeia de montanhas que chamamos Cordilheira dos Andes. Mas, parte da Amazônia Ocidental continuou alagada: o Lago Pebas-Solimões. É por causa dessa conexão com o mar, durante tanto tempo, que algumas espécies marinhas acabaram se adaptando à água doce.



Guerras de conquista

É difícil estimar o tamanho da população indígena que vivia no continente americano no final do século 15, época dos primeiros contatos com os europeus. Os números das pesquisas variam de pouco menos de 60 milhões a até 100 milhões de habitantes. Mas essa população diminuiu de tamanho muito rapidamente, por conta de diversas invasões sofridas, as chamadas guerras de conquista.

Em 1492, o navegador italiano Cristóvão Colombo, a serviço da Coroa Espanhola, chegou à ilha que seria batizada de San Salvador, no arquipélago das Bahamas, no Caribe. Foi

o primeiro contato registrado de europeus com indígenas do continente americano. Em pouco tempo, a população indígena das ilhas caribenhas foi escravizada e obrigada a trabalhar, especialmente na extração do ouro. Em 100 anos, quase todos os indígenas dessa região tinham sido exterminados. Rapidamente, outras expedições saíram da Espanha e logo de Portugal, da França, da Holanda e da Inglaterra também. Os exploradores pretendiam conhecer e conquistar as terras do Novo Mundo, de modo que as guerras se espalharam por todo o continente.

Império Asteca

Na região do atual México, havia muitos povos indígenas com relações muito complexas entre si, envolvendo negociações, alianças e conflitos. Um desses povos eram os Mexica (que também conhecemos como Asteca), um império muito extenso que dominava vários povos ao seu redor. Sua capital ficava na cidade de *Tenochtitlán*, hoje Cidade do México, um desafio para a engenharia, já que foi construída em cima de um grande lago, o *Texcoco*.

Os Mexica haviam conquistado boa parte dos territórios de povos

vizinhos, como Zapoteca, Mixteca e Totonaca. Eles continuavam tendo alguma independência, mas deviam pagar pesados impostos ao imperador, chamado de *Tlatoani*, além de terem que fornecer soldados para as suas guerras, o que os desagradava muito.

Em 1519, um grupo de espanhóis chefiado por Hernán Cortez entrou em contato com os Mexica e se aproveitou dessa insatisfação dos povos dominados contra o império. Fizeram uma parceria com eles contra o *Tlatoani*, mas os traíram logo depois.

Genocídio indígena

A guerra de conquista, utilizando a técnica de jogar uns contra os outros, também foi aplicada contra os Inca, outro grande império localizado na região dos Andes, cadeia de montanhas no Oeste da América do Sul. Os espanhóis, liderados por Francisco Pizarro, a partir de 1532, se aliaram a povos dominados pelos Inca para a conquista do território.

Como resultado das guerras de conquista, em todo o continente, houve

um processo de extermínio dos povos indígenas (ou genocídio indígena). Alguns pesquisadores chegam a afirmar que 95% da população foi dizimada, ou seja, de cada 100 indígenas, 95 podem ter desaparecido.

A causa desse desaparecimento tem muito a ver com a violência das guerras, além da escravização de grupos indígenas e outras formas de trabalho forçado. Mas uma das maiores responsáveis pela devastação populacional foi a transmissão de doenças.



Pintura recria o que seria o contato do espanhol Hernán Cortez com os Mexica.

Imagem Wikimedia Commons



Imagens de indígenas Mexica (Asteca) contaminados com varíola, presentes no Códice Florentino, também conhecido como *Historia General de las cosas de la Nueva España*, criado sob a supervisão do frade franciscano Bernardino de Sahagún.

Doenças de longe

Junto com os europeus, chegaram à América muitas doenças, como varíola, sarampo e gripes. Como os povos indígenas não tinham resistência contra os microrganismos que os exploradores traziam, muitos morriam. Primeiro, a contaminação acontecia por acaso, mas aos poucos muitos invasores começaram a usar as doenças como armas, distribuindo roupas infectadas aos indígenas, por exemplo.

Hoje é possível saber que, na região da Amazônia, havia muitas sociedades organizadas em grandes cidades, principalmente junto às margens dos grandes rios. Boa parte

desses grupos foi dizimada pelas doenças trazidas pelos estrangeiros, a ponto de não sabermos, até poucos anos atrás, que eles existiram.

Sempre resistindo

Mesmo com a violência das guerras e o uso inesperado das doenças como armas invisíveis, os povos indígenas resistiram o tempo todo, e de diferentes formas. Armados, eles enfrentaram a invasão europeia sobre a América. Alguns povos do atual Brasil, como os Krenak (chamados “botocudos” pelos portugueses), ficaram muito famosos por enfrentarem e lutarem contra os invasores de maneira muito firme.

Rebeliões indígenas também foram muito comuns, como a de Tupac Amaru II, ocorrida a partir de 1780 na região dos Andes. Eles pretendiam resgatar o passado Inca para lutar contra o domínio dos colonizadores.

Outra forma de resistência muito importante foi a cultural. Além de dominar os povos indígenas, impondo o trabalho forçado, os europeus queriam obrigá-los a aceitarem sua cultura e religião. Mas os indígenas mantiveram suas culturas vivas, mesmo nas ocasiões em que estiveram sob o domínio europeu. Um exemplo é a realização do chamado Taqui Ongoy, também na região dos Andes, desde o século 16. Um grupo comandado pelo



A obra *Combate de Botocudos em Mogi das Cruzes*, de Oscar Pereira da Silva, como o nome sugere, representa uma batalha travada contra os indígenas Botocudos.

Acervo do Museu Paulista da USP

pregador Juan Chocne começou a defender a vitória dos deuses indígenas sobre o deus cristão. Para isso, por meio de práticas como danças e jejuns, anulou a conversão ao cristianismo e “rebatizou” os indígenas, ou seja, devolveu a eles de maneira simbólica suas crenças e tradições.

E as guerras continuam...

Será que as guerras de conquista ficaram para trás? Por aqui, mesmo depois da Independência, em 1822, e da Proclamação da

República, em 1889, o Estado brasileiro continuou em guerra contra os povos indígenas, e o mesmo aconteceu nos outros países americanos. Até hoje, é comum ouvirmos autoridades afirmando que os indígenas que vivem em aldeias devem ser “integrados” ao restante da sociedade nacional, que seu trabalho deve ser “produtivo”, que suas terras devem ser “exploradas” para a economia do país... Essas e outras afirmações provam que a guerra de conquista nunca acabou!

Desde 1492, os indígenas continuam lutando pela garantia

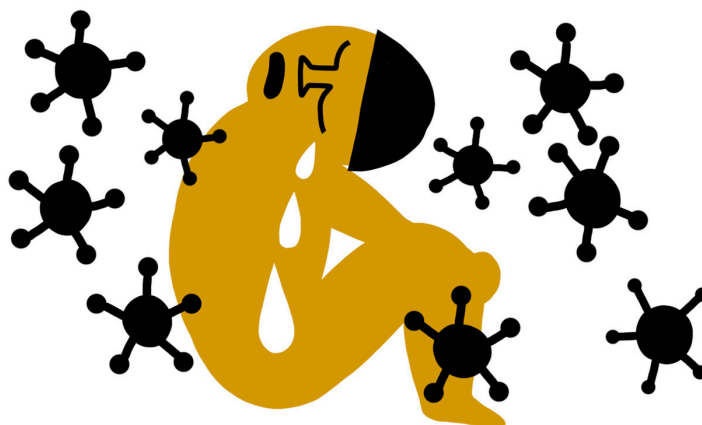
dos seus direitos e, fazendo isso, lutam pela defesa dos espaços naturais onde eles vivem historicamente. Afinal, o que muitos chamam de crescimento da produção e da economia, por vezes, significa destruição de florestas e outros danos ao meio ambiente. A guerra de conquista também vem sendo uma guerra contra a natureza!





Nomes dos povos indígenas

É comum ver os nomes indígenas escritos de formas diferentes. O nome Krenak, por exemplo, às vezes é escrito com letra minúscula no início (krenak) e, às vezes, tem suas letras “k” substituídas por “c” e “q” (crenaque). Quando esses nomes estão no plural, às vezes se coloca a letra “s” no final deles e, às vezes, não (“os Krenak” ou “os Krenaks”). Mas qual a forma correta? A maior parte das lideranças e organizações indígenas, assim como a maior parte dos pesquisadores que estudam esses povos, escreve assim: os nomes dos povos indígenas sempre em letras maiúsculas (mesmo quando não estão no início das frases), mantendo o uso das letras “k”, “w” e “y” e não colocando a letra “s” no final, caso estejam no plural. É por isso que escrevemos “os Krenak”, “os Mexica”, “os Inca” ou “os Guarani”.



Perigo para os indígenas

Por que as doenças trazidas pelos europeus foram tão mortais para os povos indígenas? O biólogo estadunidense Jared Diamond afirma que boa parte das doenças que os europeus trouxeram consigo vieram do contato com animais domesticados (vacas, cabras, ovelhas e cavalos, por exemplo), sendo passadas desses para os humanos. Animais domesticados eram muito comuns na Europa, na África e na Ásia, mas pouco comuns na América. Por isso, não havia proteção imunológica contra esse tipo de doenças, isto é, os indígenas não tinham os anticorpos necessários para se defender. E ainda é assim! Doenças que para boa parte da população brasileira são consideradas “leves”, como gripes, podem ser muito ameaçadoras para comunidades indígenas.



A vida e a luta de Mário Juruna

É verdade que, desde o início da invasão europeia na América, muitos grupos indígenas foram dizimados. Mas a ideia de que os povos originários foram totalmente exterminados é uma mentira. A partir dos anos 1970, o movimento indígena no Brasil começou a unir povos nativos do país inteiro para combater os perigos que os ameaçavam. Uma fase da história brasileira tem muito a ver com essas ameaças: a ditadura militar. Ouviu falar?

Ditadura é uma forma de governo muito autoritária, que

chegou ao poder, não pelo voto democrático da população, mas por uma ação violenta conhecida como golpe de Estado. No caso do Brasil, em 1964, os militares inauguraram uma ditadura que duraria 21 anos, com perseguição de pessoas contrárias ao governo, prisões ilegais, torturas, assassinatos, censura da imprensa e um clima de terror.

A partir do final dos anos 1960, a ditadura iniciou uma série de projetos sobre a Amazônia, afirmando que queriam “integrá-la” ao restante do país. O que isso

quer dizer? Várias estradas foram construídas, como a Transamazônica, uma rodovia federal que cortava a floresta com quase 5 mil quilômetros de extensão. A ideia seria que essas estradas permitiriam levar a “civilização” a uma região considerada “atrasada”.

Reação contra a violência

A ideia de que a região amazônica é atrasada, na realidade, representa um grande preconceito. Havia a ideia de que o “desenvolvimento” seria

atingido com a destruição da floresta, que poderia trazer lucro para alguns empresários, com a venda de madeira, ou com a mineração, ou ainda com a agricultura e criação de gado sobre as áreas desmatadas. As estradas que cortavam as florestas invadiam as terras de muitos povos indígenas. E logo circularam denúncias de violações dos direitos humanos desses grupos, que incluíam expulsão de suas terras, torturas, assassinatos e diversas formas de violência. Muitas doenças também foram espalhadas, inclusive de propósito.

Para reagir a isso, foram organizadas as primeiras assembleias de chefes indígenas, a partir de 1974, juntando lideranças de diferentes regiões do país. Esses encontros foram muito importantes para que os grupos indígenas se conhecessem e identificassem os problemas que eles tinham em comum. Mesmo que essa ideia tenha começado na Amazônia, ela acabou rapidamente envolvendo outros povos indígenas que sofriam ataques, e que moravam em outras regiões do Brasil.

Mário Juruna

Algumas dessas lideranças ganharam muito destaque, como Mário Juruna, indígena Xavante nascido na aldeia de Couto de Magalhães, no município de Barra do Garças, em Mato Grosso. Juruna foi muitas vezes a Brasília pressionar o presidente da República ou outros membros do governo e da Funai (à época chamada Fundação Nacional do Índio), para defender os direitos dos povos indígenas. Quando percebeu que muito do que lhe prometiam nunca era cumprido, ele começou a andar com um gravador, registrando as falas das

pessoas do governo. Isso fez dele uma liderança conhecida por todos. Juruna defendia que era necessário “conhecer a vida do branco” para poder lutar pelos direitos dos indígenas. Nesse caso, a palavra “branco” quer dizer todos os não indígenas, não apenas as pessoas brancas.

Juruna se tornou tão famoso que, em 1980, foi convidado para o Tribunal Russell IV que ocorreu na cidade de Roterdã, na Holanda. Esse tribunal era, na verdade, um encontro de pessoas do mundo todo que iriam discutir o tema “os direitos dos povos indígenas das Américas”. Seria uma oportunidade muito importante de Juruna denunciar os crimes que estavam sendo cometidos contra esses povos.

Luta por direitos

No Brasil, desde 1910, os indígenas eram considerados “relativamente incapazes”. Por

conta de muito preconceito, eles eram tratados como menores de idade, como se não tivessem condição de tomar as próprias decisões, devendo ser “tutelados” pelo Estado brasileiro. Por isso, a Funai se negou, na época, a emitir o passaporte de Juruna, impedindo que ele viajasse à Holanda. Mas a reação, dentro e fora do Brasil, foi muito grande. Os organizadores do Tribunal Russell chegaram a nomear Juruna o presidente do encontro, para dar mais visibilidade ao caso, e, já depois de o encontro ter começado, Juruna conseguiu viajar para Roterdã e fazer seu pronunciamento.

Juruna também defendia, havia muito tempo, a fundação de uma espécie de “federação indígena”, uma organização construída por indígenas de todo o Brasil para lutar por seus direitos. Isso acabou acontecendo no mesmo ano de 1980, com a criação da



Eliane Potiguara, uma das lideranças da União das Nações Indígenas.

Foto Wikipédia



Juruna foi o primeiro deputado indígena da história do Brasil.

Foto Wikipédia

União das Nações Indígenas (UNI). Mesmo que o governo se recusasse a reconhecer a existência dessa instituição, ela foi muito importante para a mobilização da luta dos povos originários. Lideranças hoje muito conhecidas, como Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Eliane Potiguara, fizeram parte da UNI.

Político indígena

Juruna também foi o primeiro deputado indígena da história do Brasil. Ele foi eleito deputado federal em 1982, pelo Rio de Janeiro, e tomou uma série de medidas, como a criação da Comissão Permanente do Índio, na Câmara dos Deputados. Também propôs muitas mudanças na Funai, para que ela passasse a ser controlada pelos próprios indígenas. Mas essa proposta não foi aprovada.

Ao longo dos anos 1980, a ditadura militar no Brasil chegava ao fim, e se aproximava o momento de realização de

uma Assembleia Constituinte, uma reunião de deputados que iriam escrever uma nova Constituição, documento que registra os direitos dos cidadãos. Juruna não conseguiu se reeleger para essa assembleia, assim como nenhum outro indígena foi eleito. Mesmo assim, os indígenas estiveram o tempo todo presentes no Congresso Nacional, nos dois anos em que a reunião aconteceu – entre 1987 e 1988.

Novas leis para o Brasil

O texto final da Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, acabou sendo muito favorável aos indígenas. Ele garantiu, pela primeira vez, que eles não precisavam “se integrar” à sociedade nacional, podendo manter seus costumes e tradições originários, garantindo também que eles tinham plena capacidade de tomar suas decisões. Também determinava que o Estado

brasileiro deveria prestar assistência aos povos indígenas, no que diz respeito a saúde, educação e direito à terra e à cultura.

O direito sobre suas terras foi definido como originário, portanto, anterior à própria existência do Estado brasileiro. Finalmente, a Constituição definiu um prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas, ou seja, para que fossem consideradas oficialmente de posse indígena. Esse prazo, infelizmente, não foi cumprido, e até hoje estamos muito longe de ver todas essas terras demarcadas.

Juruna morreu em Brasília, em julho de 2002. Sua luta é uma inspiração para muitos brasileiros. Em 2023, livro infantil Juruna foi escrito por Fabiano Ormanzeze, contando a sua história. Que tal pesquisar um pouco mais sobre a vida e a luta desse indígena tão importante em nossa história?



Indígenas na rádio

Você já escutou a expressão “programa de índio”? Ela geralmente é empregada para fazer referência a um evento ruim, uma “furada”, como se diz. Se formos parar para pensar nessa expressão, ela reproduz um preconceito contra os povos indígenas, associados a coisas negativas. Mas, nos anos 1980, o movimento indígena usou a expressão a seu favor. Em 1985, Ailton Krenak criou um programa de rádio chamado Programa de Índio, vinculado à União das Nações Indígenas. Ele era divulgado, principalmente, em rádios universitárias, mas também circulava, em fitas cassetes (pesquisem sobre esse objeto!), em algumas aldeias. Quem apresentava o programa era o próprio Krenak e, eventualmente, Álvaro Tukano. Os assuntos tinham a ver com informações sobre os povos indígenas no Brasil e no mundo, tradições de diferentes regiões e a luta pelos direitos indígenas. O programa foi ao ar até 1991.



Armadilha na palavra

Você sabia que a palavra “emancipação” já teve um significado muito negativo? Geralmente, associamos essa palavra a coisas positivas, relacionadas à liberdade. A emancipação feminina, por exemplo, é o processo de luta pela igualdade entre mulheres e homens na sociedade. Muitas vezes também se usa a palavra emancipação como sinônimo de libertação de pessoas escravizadas. Mas, durante a ditadura militar, esse termo foi utilizado para outro fim. A palavra foi empregada para convencer que todo indígena que falava português e conhecia bem alguns elementos da sociedade brasileira poderia deixar de ser considerado indígena, sendo assim “libertado” (“emancipado”) de sua condição. Por trás disso estava o interesse nas terras a que eles tinham direito. Mas a luta contra esse projeto de “emancipação”, cheio de más intenções, foi tão grande que o governo não conseguiu levá-lo adiante.



Brasil indígena

Você sabe quantos povos indígenas existem no Brasil? E quantas línguas eles falam? Em que regiões do Brasil eles estão mais concentrados? Qual o número de indígenas em nosso país? Se você não sabe nem por onde começar a responder a essas perguntas, isso não é à toa. Durante muito tempo, escutamos que os indígenas tinham “acabado”, “sido extintos”, que eles tinham ficado lá no passado... Ouvimos que suas culturas eram “exóticas” ou “primitivas”, no máximo contribuindo para formar a “cultura brasileira”... Mas será que existe apenas uma cultura brasileira? Cada vez

que conhecemos uma cidade diferente, conhecemos novos costumes, novos ritmos, novas comidas, novas crenças... Chegamos à conclusão que somos muitos “Brasis”!

Dentro desses “Brasis”, existem muitos povos indígenas também, com ricas culturas. Atualmente, falamos na existência de 305 povos indígenas no Brasil. Esses povos falam pelo menos 274 línguas diferentes! Agora, quando perguntarem para você qual é a língua que se fala no Brasil, você vai poder falar que é o português, mas não apenas ele! No Paraguai, por exemplo, além do espanhol, a língua indígena Guarani também é considerada

língua oficial, e o mesmo poderia ocorrer no nosso país.

Mas, se quisermos saber a população indígena total do Brasil, temos que recorrer aos censos, aquelas pesquisas que acontecem periodicamente no país inteiro, organizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O último censo brasileiro foi divulgado em 2022 e, nele, cerca de 1,7 milhões de pessoas se declararam indígenas. Mais da metade da população indígena vive na chamada Amazônia Legal, uma área do Brasil que reúne as regiões com predominância do bioma amazônico (oito estados inteiros e mais a metade do Maranhão).

Sou indígena

Em 2010, o número de indígenas, estimado pelo censo, foi registrado como cerca de 900 mil. Por que será que ele quase dobrou em 12 anos? Não faz sentido pensarmos que foram apenas novas crianças indígenas nascendo, não é mesmo?

O fato é que, no último censo, houve uma parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que antes era chamada Fundação Nacional do Índio, para a produção de informações mais sólidas sobre esses povos. Além disso, o censo trabalha com autodeclaração, de modo que, em 2022, muito mais pessoas se declararam como indígenas, ou seja, pessoas que não se declararam assim em 2010, agora o fizeram. Isso tem a ver com os próprios métodos que foram empregados na pesquisa: em 2022, também foi

perguntado para pessoas fora de terras indígenas se elas se consideravam indígenas, o que é muito importante, porque muitos moram fora de suas terras tradicionais, em cidades de diferentes tamanhos.

Violência sobre povos e terras

Muitos dos indígenas que moram fora de seus territórios tradicionais não fazem isso por escolha própria. Há séculos, muitos grupos vêm sendo expulsos de seus territórios, ou pelos governos, ou por pessoas interessadas nas suas terras, ou ainda por uma combinação das duas coisas. E esse processo continua.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publica anualmente, desde 2003, um relatório chamado “Violência Contra os Povos Indígenas no

Brasil”. Nesses relatórios, é possível observar que nunca, em um passado recente, houve tantas invasões de terras indígenas como em 2022 e nos anos imediatamente anteriores. Também, nunca tantos líderes indígenas foram assassinados.

Marco temporal

Com tanta violência acontecendo sobre as vidas e os territórios indígenas, chama atenção uma discussão que tem ganhado bastante espaço nos últimos anos. Você já ouviu falar em marco temporal? Trata-se de uma ideia que questiona um princípio da Constituição de 1988. O texto constitucional garante que o direito indígena sobre as suas terras é originário, ou seja, ele é anterior à própria existência do Estado brasileiro, porque esses povos habitam



Lideranças indígenas protestam contra marco temporal na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Em 2023, a ministra dos Povos Originários, Sonia Guajajara (à esquerda), e a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana (à direita).

Foto Joédson Alves/Agência Brasil

essas terras desde antes de o Brasil existir.

Aqueles que defendem o marco temporal argumentam que os povos indígenas só poderiam ter direito aos territórios que estavam ocupando até 1988, quando a Constituição foi promulgada. Mas esse argumento não considera que muitos indígenas não se encontram em suas terras tradicionais, não porque não querem, mas porque vêm sendo expulsos delas há séculos.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal considerou o marco temporal inconstitucional, ou seja, considerou que ele não pode valer porque entra em conflito com a Constituição.

Lideranças indígenas

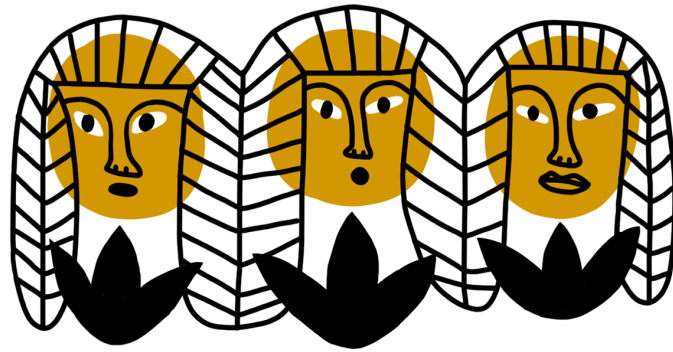
Se por um lado temos visto uma violência crescente contra os povos indígenas, por outro lado, temos acompanhado vitórias também! Até pouco tempo

atrás, o único deputado federal indígena a ter sido eleito no Brasil havia sido Mário Juruna, em 1982. Mas, em 2018, Joenia Wapichana foi eleita deputada federal por Roraima, tornando-se a primeira mulher indígena a ocupar esse cargo. Ela assumiu, em 2023, a presidência da Funai, sendo a primeira pessoa indígena a estar nessa posição.

Aliás, a Funai, que também deixou de se chamar Fundação Nacional do Índio para se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas, como vimos anteriormente, teve uma mudança além do nome! Agora, essa instituição é ligada ao Ministério dos Povos Indígenas, que também foi criado em 2023. Para comandar esse ministério foi escolhida uma mulher indígena, Sônia Guajajara, que era presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) até 2022 e foi eleita deputada federal, por São Paulo, no mesmo ano.

Arte originária

Não é só na política que os indígenas vêm conquistando espaço. O aumento de sua visibilidade também acontece nas artes. Nomes como os dos artistas plásticos Jaider Esbell (Macuxi), Denilson Baniwa e “Uýra” (Emerson Pontes, Munduruku) ganharam muito destaque nos últimos anos, além de músicos como Katú Mirim, Kaê Guajajara e o grupo musical Guarani Kaiowá Brô Mc’s. No campo da literatura, autores indígenas têm alcançado grande repercussão, como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Aline Pachamama, Márcia Kambeba, Davi Kopenawa e Ailton Krenak, que, em 2023, foi eleito o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, por suas obras que ressaltam a importância, não só de lutar pelos povos indígenas, mas de aprender com sua consciência e suas formas de se relacionar com a natureza.



Originários e indígenas

A palavra índio vem sendo muito criticada pelo movimento indígena nos últimos anos. A razão é que esse termo surgiu de uma confusão: os espanhóis, ao chegarem à América, acharam que haviam chegado às Índias, e chamaram seus habitantes de índios. Essa palavra traz consigo também muito preconceito, associando os povos indígenas a características como atraso e selvageria. A palavra indígena, por sua vez, ainda que se pareça com o termo índio, nada tem a ver com ele. Indígena quer dizer apenas “natural do lugar em que vive”, ou seja, originário daquele lugar. Por isso usamos a palavra indígena para nos referirmos não apenas aos povos originários da América, mas de qualquer lugar do mundo!



Combate à covid-19

Durante a pandemia de covid-19, os indígenas foram especialmente impactados. Eles eram mais vulneráveis pelas condições em que viviam, pelo deficiente atendimento à saúde e pelos altos índices de doenças respiratórias, por exemplo. No caso daqueles que vivem em aldeias, o estilo de vida comunitário aumentava a possibilidade de contágio. Houve também muita omissão do Estado brasileiro no auxílio a esses povos e no controle das invasões de suas terras. Porque os invasores estavam, além de tudo, levando a covid-19 para dentro dos territórios indígenas. Mas as próprias comunidades indígenas se organizaram e tomaram iniciativas para se proteger, divulgando o que estava acontecendo, fazendo campanhas para arrecadar ajuda, circulando informativos (inclusive nas línguas indígenas) e, em muitos casos, isolando as terras indígenas da presença externa por conta própria.

Esta edição tem textos do historiador João Gabriel Ascenso, professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e revisão científica de Monica Lima, Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



As edições da Ciência Hoje das Crianças (CHC) são publicações do Instituto Ciência Hoje.

Coordenação editorial:
Bianca Encarnação.

Editores de texto:
Bianca Encarnação, Cathia Abreu, Elisa Martins e Thaís Fernandes.

Direção de arte:
Walter Vasconcelos.

Programação visual e diagramação:
Fernando Vasconcelos e Luiza Meregé.

Ilustrações: Luci Sacoleira e Walter Vasconcelos.

Contato:
redacao.chc@cienciahoje.org.br